

3

Política e religião

3.1

Política e religião na América Latina

A intenção de contribuir com um estudo que busca compreender certos aspectos que dizem respeito às idéias político-religiosas de alguns ativistas do MST se justifica, por um lado, pela consideração de que as comunidades eclesiais de base - desenvolvidas pelas pastorais populares na década de 70 - contribuíram significativamente para o surgimento e desenvolvimento do MST, especialmente através das atividades realizadas e o apoio dado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Por outro lado, esse estudo se justifica pelo reconhecimento da importância da chamada “religiosidade popular”, pelo fato de estarmos inseridos numa cultura fortemente marcada pelo pensamento religioso cristão.

Como se sabe, a Igreja Católica tem exercido uma grande influência na nossa sociedade, e não é sem razão que hoje o Brasil possui uma das mais importantes Igrejas Católicas do mundo. Porém, o campo da religião no Brasil vem se modificando muito devido ao crescimento das igrejas evangélicas e da multiplicação das igrejas pentecostais, o que tem tido implicações e conseqüências políticas significativas.

Mas, além do surgimento das igrejas pentecostais, o campo religioso brasileiro viveu recentemente outra significativa mudança - embora essa mudança tenha ocorrido alguns anos antes, durante os governos da ditadura militar. Tal mudança diz respeito ao profundo envolvimento de certos setores religiosos - principalmente setores da Igreja Católica - com o trabalho de organização e de formação da consciência política da população, e, portanto, com uma prática que era desenvolvida pelos movimentos ditos de esquerda ou progressistas. Dessa forma, vários religiosos, leigos e não leigos, se comprometeram com a luta pela auto-emancipação popular, adotando uma postura de oposição explícita à expansão da sociedade capitalista.

É em meio a essa mobilização de religiosos, que surgem então as chamadas Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais populares, cujos princípios e a prática encontraram a sua expressão, bem como a sua inspiração, na Teologia da Libertação.

Michael Löwy, em seu estudo sobre os recentes acontecimentos ocorridos no campo de força político-religioso da América Latina, explica que a “teologia da libertação” não é uma mera corrente teológica, mas a expressão intelectual de um vasto movimento sócio/religioso que surge no começo da década de 60 envolvendo setores significativos da Igreja - padres, bispos, ordens religiosas -, além de movimentos religiosos laicos, como a Juventude Universitária Cristã (JUC), as redes pastorais com base popular, as comunidades eclesiais de base (CEBs), dentre outros.

A relação entre religião e política nesse vasto movimento social/religioso influenciou as Igrejas latino-americanas que, no entanto, não deixam de se apresentar como uma corporação homogênea. Mas, embora as contradições no interior da Igreja não tenham levado a uma cisão institucional, tendo preservado a Igreja Católica sua unidade, no que diz respeito à Igreja brasileira ela foi a única no continente sobre a qual a Teologia da Libertação e seus seguidores conseguiram exercer uma influência decisiva. Dessa forma, embora a mudança sofrida pela Igreja tenha comprometido poucos religiosos, ela causou grande impacto no Brasil. Para se ter uma idéia, basta considerarmos que mesmo contra as orientações do Vaticano a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não condenou a Teologia da Libertação, pelo menos até a década de 90. (Löwy, 2000, p. 65)

Fundamental, também, foi que a teologia da libertação exerceu um papel decisivo na luta contra o regime militar no Brasil. De fato, esse movimento social teve conseqüências políticas de grande alcance. Até certo ponto, o MST foi, assim como o PT e a CUT, produto da sua atividade, em especial das comunidades eclesiais de base e das pastorais da Igreja que forneceram grande parte dos membros desses novos movimentos sociais e políticos surgidos no período da gradual redemocratização do país na década de 80.

O grande salto dado pela Teologia da Libertação, segundo Löwy, foi justamente o “de ida ao povo”, no sentido de ter se comprometido com a causa dos pobres, reconhecendo-os em sua dignidade humana, como sujeitos, e não

como objetos de caridade. A esse movimento corresponde a maior “humanização” do pensamento religioso, no qual a história “divina” passa a ser compreendida como história concreta dos homens, e a fé religiosa ganha uma dimensão prática, de intervenção na vida social. Assim, essa vertente religiosa encontra pontos de contato ou afinidades com o pensamento político de inspiração marxista.

Löwy reconhece que em termos de transformação social um dos fenômenos mais surpreendentes e importantes da história moderna desse hemisfério foi justamente a convergência do cristianismo e do marxismo, especialmente no que diz respeito à Teologia da Libertação, visto que durante meio século os fiéis da Igreja Católica e os movimentos políticos inspirados no marxismo se hostilizaram mutuamente. Mas embora reconheça que conceitos como “trabalho pastoral” ou “libertação” tenham um significado tanto religioso quanto político, ele também adverte para o fato de que a Teologia da Libertação não foi um movimento propriamente político, pois não chegou a formular nenhum programa, nem mesmo objetivos mais definidos no que diz respeito a realidades políticas ou econômicas. Esse é o ponto onde a prática religiosa se distancia da prática política, talvez indicando que a motivação desse movimento social não tenha ido muito além das aspirações de cunho moral e religioso. (Löwy, 2000, p. 62 - 64)

No que diz respeito à gênese do cristianismo da libertação, uma das hipóteses levantadas pelo autor é a de que esse movimento social se formou pela convergência de mudanças ocorridas na década de 50 que criaram as condições que possibilitaram a sua emergência. Essas mudanças teriam sido tanto internas quanto externas à Igreja Católica: o desenvolvimento de novas correntes teológicas (especialmente na França e na Alemanha), as novas formas de cristianismo social e sua maior abertura para os estudos das filosofias modernas e ciências sociais, o pontificado de João XXIII, o Concílio Vaticano II (1962-65), o aumento da divisão social na América Latina, o êxodo rural, a revolução Cubana de 1959, o surgimento de movimentos guerrilheiros, a sucessão de golpes militares e uma crise de legitimidade do sistema político. Foram essas as condições sociais e históricas que teriam constituído o contexto no qual um setor significativo da Igreja passou a se comprometer com a luta pela auto-emancipação dos pobres

Mas é preciso considerar, também, que o sucesso de tal fenômeno deveu-se, em parte, ao fato de nesse continente a grande maioria da população estar imersa, desde seu nascimento, na cultura religiosa do Catolicismo Romano. Por outro lado, a cadeia do Catolicismo se torna “frágil” devido ao contexto de grande pobreza e de dependência econômica, onde se viveu e ainda se vive uma onda de lutas sociais e tentativas revolucionárias que se iniciaram a partir da revolução cubana.

Outra hipótese levantada por Löwy sobre o Cristianismo da Libertação é que o seu desenvolvido se deu a partir da periferia em direção ao centro da instituição. Quer dizer, o processo de radicalização da cultura católica latino-americana não teria se desenvolvido de cima para baixo, a partir dos níveis superiores da Igreja, segundo uma análise mais funcionalista sugere, e nem de baixo para cima, como argumentam certas interpretações “de orientação popular”:

As categorias ou setores sociais envolvidos no campo religioso-ecclesiástico que iriam se tornar a força impulsora para a renovação eram todos, de um jeito ou de outro, marginais ou periféricos em relação à instituição: movimentos laicos e seus consultores, especialistas laicos, padres estrangeiros, ordens religiosas (Löwy, 2000, p. 71).

Dentre os princípios básicos da perspectiva inovadora e radical adotada pelos teólogos da libertação, pode-se destacar o da formação de uma nova Igreja que buscou se constituir pelo desenvolvimento de comunidades de base cristã entre os pobres como uma alternativa ao modo de vida individualista que o sistema capitalista impunha.

Contudo, essa corrente cristã que condena o capitalismo e algumas vezes aspira ao socialismo não tem como um tema muito discutido a espécie de socialismo que almeja. Nesse sentido, preferem lidar com as questões éticas de um ponto de vista mais geral em vez de discutir questões estratégicas e táticas.

No que diz respeito ao interesse que muitos teólogos da libertação tiveram pelo marxismo, segundo o autor, ele é maior e bem mais profundo que a simples adoção de uns poucos conceitos científicos. Esse interesse envolve também valores, escolhas éticas/políticas e uma visão de futuro utópico, quer dizer, uma

aspiração utópica de mudança social. Portanto, o marxismo não fornece somente uma análise científica aos teólogos da libertação.

No entanto, Löwy adverte que o reconhecimento dessa afinidade entre utopia religiosa e utopia socialista não significa aceitar a tese de que o marxismo seria apenas a “manifestação secularizada do messianismo judaico-cristão”. É claro que os dois sistemas culturais possuem estruturas diferentes, e fora do Brasil e da América Central os membros da “Igreja dos Pobres” hesitam em se envolver em uma relação mais significativa com o marxismo.

3.2 **Concepções políticas e religiosas**

Como sugeriu Caldart, se olharmos para o MST compreendendo-o como um espaço que procura alcançar maior coesão cultural e social, podemos perguntar sobre que fontes culturais tal processo se desenvolve. Sem dúvida, uma dessas fontes é a religiosa. E no que diz respeito a ela é possível considerarmos tanto a religiosidade “popular” quanto às idéias provenientes da corrente do pensamento que formou o movimento social conhecido como teologia da libertação.

Considera-se, portanto, que através do contato com alguns ativistas destacados do MST seria possível estabelecer uma aproximação com a experiência educativa desse movimento, enfocando a forma pela qual estão sendo adotadas pelos ativistas as concepções religiosas.

Seria importante, então, procurar identificar se nesse caso as concepções religiosas são tratadas de uma forma que esteja favorecendo a crítica. Nesse sentido, se buscará recolher alguns subsídios que ajudem a compreender se a religião é um elemento de organização interna para o Movimento, ou se a sua importância se restringe ao nível da atividade política estratégica ou dos acordos táticos. Assim, pode-se procurar identificar se as diferentes denominações religiosas que compõem a base do Movimento tendem a se combinarem em

composições superficiais, ecléticas, ou se existe a busca pela maior coesão cultural.

No entanto, o que se coloca como questão fundamental, como questão de fundo, é o reconhecimento de que a combinação de idéias religiosas e crítico-sociais radicais pode ser problemática, porque se a religião comporta formas ativas, de intervenção prática na vida social, e se essa vertente comprometida com a ação no mundo pode, como efetivamente aconteceu, encontrar afinidades ou pontos de contato com o pensamento político comprometido com a transformação social, por isso mesmo, ainda que de forma ambígua, pode desencadear formas de pensar e de agir exageradamente “diretivas”. No entanto, a influência mútua dessas correntes de pensamento - a religiosa e a política - pode também estar favorecendo a crítica pelo embate das suas diferenças.

Foi através de observações de campo, e principalmente de entrevistas realizadas com oito ativistas destacados do MST, que se procurou, então, recolher alguns subsídios que pudessem contribuir no sentido da melhor compreensão da influência das idéias religiosas no processo de formação da consciência política dos sem terras. Porém, devemos sublinhar, o objetivo da pesquisa não é o de uma apreensão global do quadro constituído pela influência das idéias religiosas na atividade das lideranças. O que a pesquisa pretende é tão somente recolher alguns subsídios para uma melhor compreensão inicial do panorama das idéias formadas no confronto delas com a atividade política em ligação com a vida do militante.